



Consultoria e administração da mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 – fone 35 3435-2862 – comercial@rmconsultoriarh.com.br

ILUSTRÍSSIMO Sr. PREGOEIRO DA AMESP e DIRETOR EXECUTIVO

Sr. Wagner Couto

Sr. Moacir Franco

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ref; PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE FORMA CONTÍNUA E/OU EVENTUAL, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP:

RM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI com sede na Rua Governador Valadares nº 27 – Centro – Extrema /MG, CNPJ: 10.476.095/0001-78, neste ato representada por seu Gerente de Licitações o Sr. Fabricio Ramon Lopes, in fine assinado, vem respeitosamente a presença Vossas Senhorias, tempestivamente, Interpor IMPUGNAÇÃO, face a cláusulas do edital que foi publicado e ocorrerá dia 18/03/2021 pelos motivos de fatos e de direito, que expõe e ao final requer:

Extrema, 16 de março de 2021.

RM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI

Fabricio Ramon Lopes – Gerente de Licitações

CPF: 359.801.938-63

RG: 44.163.416-3



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 – fone 35 3435-2862 – comercial@rmconsultoriah.com.br

Impugnação de edital

A empresa RM Consultoria e Administração de Mão de Obra vem apresentar as razões de ora impetrada impugnação.

Ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, a Impugnante constatou a existência de irregularidades que necessitam obrigatoriamente ser excluídas e/ou alteradas, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar o regular prosseguimento do procedimento licitatório.

Da legalidade e previsão no edital;

“III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.”

1. DOS FATOS

Em síntese, a impugnante tomou conhecimento do Pregão Presencial, regido pelo Edital n.º 05/2021, o qual tem como objetivo a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE FORMA CONTÍNUA E/OU EVENTUAL, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos”.



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 16.476.095/0001-78 – fone 35 3435-2862 – comercial@rmconsultoriarh.com.br

Ocorre que, compulsando-se os autos do presente Edital, a empresa impugnante percebeu que o edital trouxe, em seu item 9.4.2, alienas “e”, e item 9.4.2.3.1, respectivamente, a exigência de Comissão interna de Prevenção a Acidentes CIPA (devidamente registrada) e, apresentação de atestado de capacidade técnica registrado no referido Conselho, eis seuteor:

“ipsis litteris”

9.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

a.2.) Registro no serviço especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMET, conforme exigência do Ministério do Trabalho, Portaria 3.214/78, alterada pela Portaria 33/83, NR-4-item 4.17;

e) Comissão interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) devidamente registrada

9.4.2.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome do licitante, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, Conselho Regional de Administração (CRA)**, atestando que o licitante executou de forma efetiva serviços semelhantes ao objeto licitado, no quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos cargos constantes no termo de referência, por período não inferior a 3 (três) anos (TCU – Acórdão 1214/2013 – Plenário), devendo constar, obrigatoriamente, endereço, telefone e identificação do responsável pela emissão para possíveis diligências, caso necessário.

(negrito e sublinhei)

Percebe-se, então, que o órgão inseriu como exigência de qualificação técnica do licitante o registro da CIPA. No entanto, tal exigência não possui amparo normativo, na medida em que não encontra-se no rol exaustivo do artigo 30 da lei 8.666/93, bem como para se prestar serviços com cessão de mão de obra alocadas em cada ÓRGÃO PARTICIPANTE do consórcio se dá ineficaz.



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 – fone 35 3435-2862 – comercial@rmconsultoriaeh.com.br

Ainda, por tratar de alocação de mão de obra em locais distintos, e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o corpo necessário e suficiente para formação de CIPA se faz desnecessário perante a legislação aplicável a espécie.

Em outro, existe o pedido no edita de Atestado de capacidade técnica acervado, registrado no conselho regional de Administração, contrariando os dispositivos legais e se fazendo irregular tal solicitação.

Tais disposições, no entanto, não pode permanecer no instrumento convocatório, sob risco de se incorrer em afronta direta aos princípios norteadores da Lei de Licitações Públicas, conforme restará demonstradodravante.

DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

1 - Da impugnação ao item 9.4.2.2 alínea 'e', exigência de CIPA registrada.

O formulado **ACORDÃO 5611/2009** cita especificamente o seguinte;

Exclua das exigências editalícias, por atentarem contra os princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, a apresentação de:

- *Certidão Negativa de Débito Salarial, de Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas e de prova de regularidade junto ao Sindicato Laboral;*
- *Recolhimento da Contribuição Sindical Patronal e do pagamento da anuidade do Conselho Regional de Administração – CRA;*
- *Licença Ambiental de Operação e do Certificado de Registro Cadastral junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;*



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 - fone 35 3435-2862 - comercial@rmconsultoria.br

• Que o licitante possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA devidamente registrada na Delegacia Regional do Trabalho.

(Acórdão 5611/2009 Segunda Câmara)

Abstenha-se de incluir na elaboração de editais de licitação cláusulas de caráter restritivo, em atenção ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, no art. 3º, caput, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 5º do Decreto nº 5.450/2005.

(Acórdão 5611/2009 Segunda Câmara)

Vê se que em uníssono trata-se de exigência restritiva para empresas que trabalham com cessão de mão de obra a exigência de registro na CIPA, vale se citar novamente em resumo;

Exclua das exigências editalícias, por atentarem contra os princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, a apresentação de:

• Que o licitante possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA devidamente registrada na Delegacia Regional do Trabalho.

Os princípios norteados pela lei de licitações, em seu artigo 3º ecoam neste dispositivo legal (ACORDÃO), ou seja, permitir, incluir, manter a clausula "e" do item 9.4.2.2 é o mesmo que quebrar tais princípios, por isso o edital deve ser alterado.



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Capj 10.476.095/0001-78 - fone 35 3435-2862 - comercial@rmconsultoriarh.com.br

1.1 – SOLICITAÇÃO DE ATESTADO REGISTRADO NO CRA

DO EDITAL;

9.4.2.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome do licitante, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, Conselho Regional de Administração (CRA), atestando que o licitante executou de forma efetiva serviços semelhantes ao objeto licitado, no quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos cargos constantes no termo de referência, por período não inferior a 3 (três) anos (TCU – Acórdão 1214/2013 – Plenário), devendo constar, obrigatoriamente, endereço, telefone e identificação do responsável pela emissão para possíveis diligências, caso necessário.

A Corte Suprema de Contas tem se manifestado reiteradamente contrário à exigência de CRA e da CIPA de editais, observe-se:

TCU - ACÓRDÃO

ACÓRDÃO 2308/2007 ATA 30 - SEGUNDA CÂMARA

[inteiro teor] Relator: AROLDO CEDRAZ - REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO EM CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO DE CIPA EM DRT. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. VEDAÇÃO DE SOMATÓRIO DE ATESTADOS DE DESEMPENHO ANTERIOR. DESCABIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DA VEDAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

DETERMINAÇÕES. 1. É inexigível em edital de licitação o registro de empresa prestadora de serviços de vigilância e de portaria em Conselho Regional de Administração. 2. É inexigível em edital de licitação o cadastramento de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Delegacia Regional do Trabalho. 3. É inexigível em edital de licitação a inscrição da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador. 4. É inadmissível cláusula de edital que veda a comprovação de desempenho anterior mediante somatório de atestados. Diário Oficial da União: 30/08/2007 página: 0 28/08/2007



Consultoria e administração da mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 - fone 35 3435-2862 - comercial@rmconsultoriagb.com.br

É importante esclarecer que a exigência de apresentação de atestado registrado no CRA e registro da CIPA não está previsto no rol taxativo do artigo 30, da Lei 8.666/93, observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

É de bom alvitre deixar claro, que as exigências para apresentação de atestado estão insculpidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93, são esgotadas nesse dispositivo, sendo defeso aos órgãos e entidades da Administração Pública inovar.



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 - fone 35 3435-2862 - comercial@rmconsultoriah.com.br

Ademais, é jurisprudência consolidada nos Tribunais pátrios que a exigência de registro do atestado de capacidade técnica no CRA é ilegal, uma vez que não comporta suporte jurídico, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. IBAMA. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA VISADO PELO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ILEGALIDADE. REMESSA OFICIAL. 1. Trata-se de

mandado de segurança objetivando a reintegração da impetrante no procedimento licitatório, do qual foi afastada, por não apresentar certificados do Conselho Regional de Administração, anulando-se a decisão que a inabilitou na primeira etapa do certame. 2. Aos Conselhos Regionais de Administração compete fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador [art. 8º alínea b, da Lei n.4769/65, com nova redação dada pela Lei n. 7.321/86]. As empresas de serviços de limpeza e conservação não estão obrigadas ao registro no CRA. 3. Remessa oficial não provida.

Além disso, se faz latente demonstrar, que manter a exigência de CRA na licitação para o objeto do presente certame constituí-la, inequivocamente, restrição indevida ao caráter competitivo do certame, violando, acintosamente, o Princípio da Ampla Concorrência, disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, § 1º, vobserve-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:



Consultoria e administração da mão de obra
Rua Governador Valadares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 - fone 35 3435-2862 - comercial@rmconsultoriahb.com.br

- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991

Portanto, óbice não há quanto ao reconhecimento da ilegalidade de se exigir da licitante, ora impugnante, o registrado do atestado de capacidade técnica neste Conselho, pois, visivelmente, não corrobora de legalidade. Deste modo, por óbvio, o subitem 9.4.2.3.1, do Edital impugnando, deve ser excluídos ou alterados, para que seja oportunizado aos licitantes a ampla e leal concorrência.

Sobre este tema, ensina Maria Silvia Zanella Di Pietro:

"O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário (...)" (Temas Polêmicos Sobre Licitações e Contratos. 5ª edição, Malheiro Editores, pág. 223 /24).

Nesse sentido, a jurisprudência pacificou o entendimento de que:

"Visa à concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem, para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório". (TJRS - RDP 14, pág. 240).

Logo, se não há Lei que obrigue as empresas que exploram a atividade licitada a possuírem este ou aquele documento, o órgão público não poderá exigí-lo. Isto porque, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles já ensinava que:

"Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'." (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 83).



Consultoria e administração de mão de obra
Rua Governador Veladares 27 Centro Extrema MG CEP 37.640-000
Cnpj 10.476.095/0001-78 - fone 35 3435-2862 - comercial@rmconsultoriah.com.br

Portanto, não há falar em exigência de CIPA e de atestado registrado no CRA, tratando se de uma afronta aos princípios discricionários da Lei de Licitações.

2 . DOS PEDIDOS IMPUGNATÓRIOS

Ante o exposto, requer-se o recebimento da petição e o acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO, objetivando- se:

2.1 - Alteração ou exclusão de exigência da empresa Comissão interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) devidamente registrada, conforme item 9.4.2.2 alinea 'e'.

2.2 – Supressão ou alteração da exigência indevida de apresentar atestado de capacidade técnica devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA, previsto no subitem 9.4.2.3.1 do edital.

A AMESP assim agindo, suprimindo ou alterando o edital estará convicto que os princípios da ampla concorrência e da segurança jurídica serão devidamente respeitados, por ser medida da mais salutar justiça, respeitando os acórdãos e a lei geral de licitações.

Nos termos deste pede e aguarda deferimento.

Extrema, 16 de março de 2021.

RM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI

Fabricio Ramon Lopes – Gerente de Licitações

CPF: 359.801.938-63 -RG: 44.163.416-3